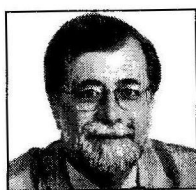


GEORGE VIDOR



Alarmes falsos

01/30/2003

• O Brasil teria que pagar no ano que vem cerca de US\$ 22 bilhões da dívida externa. E aproximadamente mais US\$ 16 bilhões em juros. Teria porque já se sabe que alguns devedores preferiram antecipar esses pagamentos com medo da instabilidade do câmbio, e de fato as amortizações a vencer não devem passar de US\$ 17 bilhões. A conta de juros também deverá diminuir.

E o motivo para o Brasil pagar menos juros, mesmo em uma conjuntura internacional complicada, é que os principais bancos centrais do mundo estão reduzindo suas taxas básicas. Normalmente os encargos financeiros dos empréstimos para países emergentes têm como base essas taxas básicas, acrescidas de um prêmio pelo risco específico que cada economia pode representar para o credor. No caso do Brasil, o risco aumentou, mas essa despesa extra vem sendo compensada pela queda das taxas básicas nos Estados Unidos e na Europa.

O chamado déficit em transações correntes (mercadorias e serviços), que este ano ficará abaixo de US\$ 24 bilhões, em 2002 cairá para a casa de US\$ 20 bilhões porque o Brasil certamente vai exportar mais do que importar e pagará menos juros. Se, além disso, o turismo para o exterior continuar retraído, o déficit poderá encolher mais.

O resumo da ópera é que, comparadas com os resultados de 2001, as perspectivas das contas externas brasileiras para o ano que vem são melhores.

O que pode perturbar esse quadro é o falso alarmismo. As cotações do dólar subiram no Brasil alucinadamente desde fevereiro devido ao temor de que as portas dos mercados financeiros internacionais se fechariam inteiramente para o Brasil como consequência de uma provável moratória da Argentina. Ao contrário de que muita gente previa, a Argentina não quebrou e até ganhou um pouco mais de fôlego para promover ajustes necessários para arrumar sua economia (a dívida argentina já parou de crescer).

A gravidade dos atentados terroristas nos Estados Unidos fez com que os argentinos saíssem da frente do palco, e agora as incertezas são alimentadas pela possibilidade de guerra, sem que ainda se saiba os alvos a serem atacados.

Apesar de todo esse ambiente confuso, concretamente em nenhum momento este ano o Brasil deixou de honrar seus compromissos externos. O governo renovou o acordo com o Fundo Monetário Internacional exatamente para garantir recursos capazes de cobrir os pagamentos do ano que vem. Desde julho, o Banco Central tem vendido dólares todos os dias no mercado para evitar que alguma empresa brasileira se veja na situação de não pagar débitos no exterior porque os bancos andam segurando as divisas que têm disponíveis.

A especulação se alimenta da histeria causada por alarmes falsos. Isso tem provocado a antecipação do pagamento de dívidas em dólares, o que acaba provocando uma alta nas

cotações no câmbio. E assim vai se disseminando a idéia de que estaríamos à beira da perda de controle nas contas externas.

O dólar ficou tão caro que, de fato, muitas empresas que contraíram empréstimos externos podem ter dificuldade para pagar os débitos. Não pela falta de moeda estrangeira mas sim porque o seu faturamento em reais não acompanha a correção do câmbio.

Os principais bancos centrais vêm despejando nos grandes centros financeiros internacionais grande quantidade de dinheiro. Deve chegar o momento em que a sobra de dólares, libras, euros, ienes, francos suíços, etc., também beneficiará o Brasil, impedindo que os alarmes falsos continuem municiando a especulação no câmbio.

■ ■ ■ ■ ■

As maiores seguradoras do país já pensam em desistir dos planos de saúde individuais. O seguro-saúde coletivo, contratado através de empresas, representa cerca de 85% da receita das seguradoras líderes nesse ramo (Sul América e Bradesco). Já no caso dos que administram planos de saúde sem serem seguradoras, os contratos com empresas chegam a um máximo de 65% do total da receita.

Se a desistência se confirmar, o mercado ficará dividido de uma maneira que as seguradoras se concentrarão nos planos de saúde das empresas, e as demais nos planos individuais.

O sistema privado de saúde atravessa um momento em que todos os lados estão insatisfeitos: médicos, hospitais e clínicas se acham insuficientemente remunerados pelos serviços que prestam para os planos de saúde; as empresas que administram os planos não conseguem pagar mais porque também não podem repassar esse custo adicional a seus clientes, que já pagam caro para terem acesso a serviços médicos. E se todas as pessoas assistidas por planos (cerca de 45 milhões de brasileiros) tivessem de recorrer ao sistema público de saúde, o SUS viraria um caos. Consertar isso não será fácil.

■ ■ ■ ■ ■

Até março de 2002 estarão em operação as primeiras turbinas das grandes hidrelétricas de Lajeado e Canabrava (no rio Tocantins), Porto Estrela (Minas Gerais) e Machadinho (divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina). As novas usinas entrarão em funcionamento já aproveitando o período das chuvas. Com o aumento da oferta de energia, é grande a probabilidade de o racionamento acabar nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte. A situação continuará crítica no Nordeste.